

CBHPM

Comissão tem nova coordenação

Fotos: César Teixeira



Belo Horizonte: Sede da primeira reunião da Comissão Nacional de Consolidação e Defesa da CBHPM

A Comissão Nacional de Consolidação e Defesa da CBHPM (CNCD), antiga Comissão Nacional para Implantação, reuniu-se, pela primeira vez este ano, com os coordenadores das Comissões Estaduais de Honorários Médicos, no dia 16 de fevereiro, em Belo Horizonte. No encontro, que contou com representantes da Associação Médica Brasileira, Conselho Federal de Medicina e Federação Nacional dos Médicos, foi apresentado, oficialmente, o novo coordenador da Comissão, Florisval Meinão, vice-presidente da Associação Paulista de Medicina, em substituição a Samir Dahas Bittar.

“Infelizmente, por questões pessoais e profissionais, o nosso colega Samir não poderá continuar à frente da Comissão”,

informou o presidente da Associação Médica Brasileira, José Luiz Gomes do Amaral. “Escolhemos para ocupar o seu lugar o vice-presidente da APM, Florisval Meinão, que possui características positivas comparáveis às do colega Bittar”, completou.

“Fico feliz pela indicação e também porque, mesmo afastado da Comissão, o Samir se dispôs a nos ajudar no que for possível, o que demonstra sua consideração pela categoria”, afirmou Meinão, antes de colocar em discussão as estratégias para aprovação do Projeto de Lei 3466/04, o primeiro assunto da pauta.

Após a apresentação de várias sugestões, dentre as quais uma nova e decisiva mobilização em Brasília, a exem-

plo do que ocorreu no ano passado, concluiu-se que o PL precisa ser votado no máximo até o mês de maio, em função de ser um ano atípico, com a realização da Copa do Mundo e de eleições nacionais. O assunto voltará a ser debatido durante as reuniões da CNCD no sentido de definir as ações a serem desenvolvidas.

Em relação à CBHPM, o presidente da Associação Médica Brasileira, José Luiz Gomes do Amaral, anunciou que já manteve contatos iniciais com a Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo), visando a elaboração de um estudo que demonstre o índice de inflação desde o período do lançamento da CBHPM, em 2003, até hoje.

“Pretendemos colocar essa discussão na mesa de negociação com os nossos interlocutores com total transparência. Entendemos que assim poderemos desenvolver uma relação de absoluta confiança”, afirmou Amaral.

“O estabelecimento de reajuste anual é o mínimo esperado. Porém, isso dependerá muito da maneira como forem encaminhadas as negociações entre as Comissões Estaduais e as empresas de saúde”, completou Meinão.

O coordenador relatou também o atual estágio da implantação da CBHPM nos vários segmentos de saúde: sistema Unimed, Unidas e seguradoras. A Unimed do Brasil anunciou a implantação no sistema nacional de intercâmbio, porém muitas singulares ainda não conseguiram se adequar. Em relação à Unidas, existiam pendências de alguns itens, especialmente os relacionados às cirurgias endoscópicas, mas que já foram solucionadas, em reuniões realizadas na Câmara Técnica da CBHPM.

“A idéia é a publicação de uma resolução normativa da Comissão Nacional de Honorários Médicos estabelecendo taxas de utilização de equipamento

em cirurgias endoscópicas”, explicou Jurandir Turazzi, diretor de defesa profissional da Sociedade Brasileira de Anestesiologia e participante da Câmara Técnica da CBHPM.

Em relação às seguradoras, surgiram propostas no sentido de integrá-las às Câmaras Técnicas, a exemplo de Unidas e Unimed, iniciar as discussões acerca do reajuste nos honorários de procedimentos médicos e também de tornar a referenciar os profissionais que por ventura tenham sido descredenciados durante o movimento pela implantação da CBHPM.

“É importante que as Comissões Estaduais de Honorários enviem para a Comissão Nacional os nomes dos profissionais para que encaminhem à operadora a solicitação afim de que voltem a atender os seus segurados”, destacou Florisval Meinão.

Em relação à Abramge (Associação Brasileira de Medicina de Grupo), o coordenador da CNCD informou que pretende retomar os entendimentos.

“Precisamos elevar o nível de negociação com as empresas de medicina de grupo, que até o momento são as mais



Florisval Meinão

“Precisamos elevar o nível de negociação com as empresas de medicina de grupo”

ausentes, as que pagam menos e aquelas com as quais temos mais dificuldades para negociar”, disse Meinão.

Ficou estabelecido ainda que na próxima reunião da CNCD, a ser realizada no mês de março, será estabelecido um calendário de reuniões.

“Pretendemos estabelecer encontros periódicos, aumentar e agilizar o fluxo de informações, enfim, fazer com que as Comissões Estaduais e os médicos estejam informados em tempo real do que acontece em relação à CBHPM”, afirmou Meinão, ao finalizar a reunião.

Decisões judiciais fortalecem o movimento pela CBHPM

O movimento baiano está comemorando uma decisão judicial que pode abrir precedentes favoráveis aos médicos em todo o Brasil. Em fevereiro, a juíza federal Maízia Seal Carvalho Pamponet, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região da Bahia, assinou agravo de instrumento negando pedido de tutela antecipada ao Sindicato Nacional das Empresas de Medicina de Grupo (Sinamge).

A intenção da entidade era obter decisão judicial que proibisse os médicos de organizar suspensões de atendimento caso as operadoras não adotassem a CBHPM. No entanto, para a juíza, os médicos são “profissionais autônomos em sua conduta de contratação de serviços”. Dessa forma, “as deliberações tomadas pelas associações de médicos são legítimas e implicam em negociação livre entre os planos de saúde e os profissionais envolvidos, não merecendo interferência do Judiciário”, diz o texto da decisão. Além disso, a juíza reconhece que “as associações de médicos, dentro de suas possibilidades legais, têm atuado ativamente na defesa dos interesses de seus associados, que têm pleno direito de mobilizarem-se e até mesmo de paralisarem suas atividades sem que isto, em princípio, represente qualquer ilegalidade”.

De acordo com o coordenador da Comissão Estadual de Honorários Médicos e presidente da Associação

Bahiana de Medicina, José Carlos Raimundo Brito, “esta decisão resulta da força do movimento, que tem encontrado eco nas reivindicações de toda a classe e também da população; força esta agora ainda mais renovada e que pode auxiliar os médicos de outros Estados a enfrentar situações semelhantes”, diz.

Sergipe

Em Sergipe, a juíza Elbe Carvalho, da 3ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, concedeu liminar determinando que a Sul América inclua nos contratos de prestação de serviços enviados aos médicos cláusulas que prevêm o reajuste anual.

De acordo com o despacho, o índice de reajuste indicado nos contratos deve ser o IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, e também precisa estar clara a periodicidade na qual a correção será aplicada. Caso não cumpra a decisão, requerida pela Sociedade Médica de Sergipe, a seguradora arcará com multa diária de R\$ 300,00.

“Esta decisão judicial contribui para fortalecer o movimento médico também nas negociações dos contratos, que até então eram simplesmente impostos aos profissionais”, avalia o coordenador da Comissão Estadual de Honorários Médicos, Adelson Chagas.